

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ÚRSULA PITOMBO LEITE DE NORONHA

**INFÂNCIA: UM CONCEITO EM DISPUTA À LUZ DAS
TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO**

CAMPINAS
2022

ÚRSULA PITOMBO LEITE DE NORONHA

**INFÂNCIA: UM CONCEITO EM DISPUTA À LUZ DAS
TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
UNICAMP, sob orientação da professora Dr^a.
Carolina de Roig Catini como requisito para a
conclusão do curso de Licenciatura em
Pedagogia.

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

N789i Noronha, Úrsula Pitombo Leite de, 1998-
Infância : um conceito em disputa à luz das transformações do capitalismo /
Úrsula Pitombo Leite de Noronha. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Carolina de Roig Catini.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Infância. 2. Capitalismo. 3. Educação. I. Catini, Carolina de Roig, 1981-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Childhood

Capitalism

Education

Área de concentração: Educação

Titulação: Licenciada

Banca examinadora:

Lalo Watanabe Minto

Data de entrega do trabalho definitivo: 18-11-2022

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”
- Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora e orientadora Carolina Catini, marxista que batalha para que as mulheres pensem, questionem e produzam teoria. Que além de me acompanhar na produção deste trabalho, foi uma forte companheira de luta e de aliança operário-estudantil durante todos os anos em que estive na faculdade.

Agradeço aos professores e funcionários da Faculdade de Educação, com quem tanto aprendi durante os últimos anos. Em especial a Josué, que sempre esteve presente não só nos dias letivos, como também nas greves; e a todas as trabalhadoras terceirizadas, que limpam o chão da universidade pública, mas não podem ter acesso a ela. Que sofrem com as condições de trabalho mais precárias e, apesar de serem trabalhadoras da universidade, não são reconhecidas como. Ao lado de vocês lutei e seguirei lutando pela efetivação sem necessidade de concurso público e pelo fim do vestibular, para que todos os trabalhadores e seus filhos tenham pleno acesso ao conhecimento produzido e acumulado pela humanidade.

Agradeço à minha mãe, Patrícia, que sempre respeitou e apoiou cada escolha que fiz, e que me ensinou a ter um olhar sensível às misérias e às belezas do mundo. Ao meu pai, Almério, que me mostra um dos amores mais profundos que é possível sentir. À minha irmã Alícia, que sempre me incentivou a ser protagonista da minha vida e que me mostrou a importância de ser um sujeito político. Aos meus irmãos Mel, com quem compartilhei toda a infância e tenho as mais valiosas memórias, e Miguel, recém-chegado na vida, mas a quem tenho tanto carinho. Agradeço à Monique, que sempre me foi tão parceira. À minha tia Gabriela, às minhas avós Ítala e Lucy, e ao meu avô André, que nunca mediram esforços para me ajudar. À Del, que ajudou a me criar. Amo vocês sincera e profundamente.

Agradeço ao Movimento Revolucionário de Trabalhadores e a todos seus militantes, companheiros de luta, que estão incessantemente na luta por um novo mundo, livre das amarras do capital. A Mauro, que me apresentou tantos debates que aqui decorro, fazendo-me encantar por eles.

Agradeço a meus amigos, com os quais compartilhei tantos momentos e batalhas. Em especial a Victoria, Lívia, Matheus, Ana, Saguí, Ana Vitória, Guilherme, Juliana, Flávia, Isadora, Cássia, Ítalo, Vitória, Isabella, Éder e Jade. Constituí quem eu sou ao lado de vocês. Juntos, com laços profundos de solidariedade, conseguimos

cultivar as capacidades humanas de amar e se emocionar, cada vez mais raras em meio a tanta barbárie. A vocês tenho o mais alto respeito e genuíno carinho. Agradeço a Fernando, companheiro e pedagogo precioso, que vê a vida e as pessoas com um bonito e admirável entusiasmo, com quem tenho muito prazer de compartilhar os meus dias.

Agradeço a todas as crianças com quem trabalho e convivo, que são fonte inesgotável de criatividade, questionamento, espontaneidade e ternura. Que me tornam professora, que tanto me ensinam e que me animam, apesar de tudo. Agradeço aos meus colegas de trabalho, às professoras e professores da Escola Curumim que, cotidianamente, permitem tantas trocas e experiências enriquecedoras.

"A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote." – Karl Marx

RESUMO

A infância, fase inicial da vida humana repleta de descobertas e aprendizados, comumente é retratada como um momento “feliz”. Essa ideia atribui-se à visão de que as crianças são livres de responsabilidades, logo têm todo seu tempo disponível para brincar e se divertir, livre das amarras do mundo adulto. Elas, no entanto, são seres humanos inseridos em uma sociedade de classes e sentem todas as consequências disso. Com base neste fato, desenvolveu-se no presente trabalho um debate acerca das consequências do modo de produção capitalista na educação e no desenvolvimento do ser humano nos seus anos iniciais da vida, defendendo o direito à infância livre de qualquer exploração e opressão.

Palavras-chave: Infância, Capitalismo, Educação

ABSTRACT

Childhood, the initial phase of human life, full of discoveries and learning, is commonly portrayed as a "happy moment". This idea is attributed to the view that children are free from responsibilities, so they have all their time available to play and have fun, free from the constraints of the adult world. They, however, are human beings inserted in a class society and feel all the consequences of this. Based on this fact, a discussion about the consequences of the capitalist mode of production on the education and the development of human beings in their early years was elaborated in this work, defending their right to a childhood free from any exploitation and oppression.

Keywords: Childhood, Capitalism, Education

SUMÁRIO

I. Surgimento do conceito de infância.....	8
II. Infância e família	12
III. Educação no Capitalismo.....	15
IV. A infância pobre como responsabilidade do Estado	20
V. Conclusão	25
VI. REFERÊNCIAS.....	30

I. Surgimento do conceito de infância

O conceito de infância reflete as formas de organização social de cada época histórica. O lugar da criança na sociedade sempre variou de acordo com a economia, a cultura, a religião e a política. De acordo com Andrade (2010), na Idade Média a criança não se diferenciava dos adultos, pois elas não tinham função social antes de trabalharem. As vestimentas, espaços e afazeres eram os mesmos. De acordo com o estudo seminal de Philippe Ariès sobre o surgimento da infância,

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. [...] (ARIÈS, 1981, p.156).

A socialização era desenvolvida com base no convívio comum entre a sociedade, ou seja, a tarefa educativa era um projeto coletivo. A aprendizagem se dava diretamente, com base nas situações comuns da vida cotidiana, o que pode ser observado com o sistema de corporações de ofício, nas quais o menino vivia com o mestre e, além do ofício, também tinha contato com rudimentos literários e atividades domésticas.

O feudalismo, sistema de organização social e econômica da Idade Média, entrou em crise no final do século XIV. Essa crise decorreu a partir do processo de acumulação primitiva de capitais que, segundo Marx (2017, p. 785), é “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”. Esse foi o momento de conquistas econômicas e políticas importantes para a constituição da burguesia enquanto classe, mas que passou por transformações ao controlar as terras e outros meios de produção.

Esse processo de crise do feudalismo também é o momento da formação da classe trabalhadora – uma classe social que não tinha nenhum bem próprio para viver de forma independente, a não ser a venda da sua força de trabalho. A expulsão dos camponeses do campo, que destruiu a possibilidade de subsistência de uma parcela enorme da população, foi uma medida fundamental para o surgimento dessa classe. Esse momento é resumido da seguinte forma para Marx:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. (MARX, 2017, p.821)

Dentre diversos fatores que compõem o processo de acumulação primitiva, um que vale destacar é a escravização da população nativa da América e dos negros de origem africana. O comércio de escravizados e a escravidão, como afirma George Breitman (2019, p.50), “produziram fortunas que assentaram as bases para a mais importante das primeiras indústrias do capitalismo, que por sua vez serviu para revolucionar a economia de todo o mundo”. E, ao comparar com a escravidão antiga, afirma que “uma diferença econômica básica era que o sistema escravista das Américas produzia mercadorias para o mercado capitalista mundial, e foi, portanto, subordinado a esse mercado e dele tornou-se dependente” (Idem, p.50). Mas, como Breitman defende em seu texto, a diferença principal das sociedades escravistas eram as relações raciais. Ele mostra como no século XV a racionalização para justificar a escravidão se dava pelo fato de serem ou não cristãos. Além disso, prova que em sistemas anteriores, os escravos eram da mesma cor que seus senhores.

A questão é essa: o preconceito racial contra o negro surgiu para justificar e preservar o sistema de trabalho escravista que operava de acordo com os interesses do capitalismo nos estágios pré-industriais, e manteve-se ligeiramente modificado pelo capitalismo industrial após a escravidão se tornar um obstáculo para o desenvolvimento posterior do capitalismo e ser abolida. Poucas coisas no mundo estão mais carimbadas pelas características do capitalismo (Idem, p.55).

Sendo assim, ele mostra que o racismo surgiu junto com o capitalismo pela necessidade de justificar uma exploração desumana para sustentar o processo de acumulação primitiva.

Foi durante este momento histórico, com relações de exploração e opressão racial emergindo, que nasceu o estado burguês, como fruto do antagonismo de classes que se desenvolviam no interior da sociedade gentílica. Este, segundo Engels (2019, p. 157),

[...] é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado.

Para conseguir controlar as contradições que as próprias classes têm entre si desde seu surgimento, o Estado faz-se necessário. O Estado Moderno surge como uma força superior, suprema, para manter a ordem burguesa. Lenin, ao fazer uma leitura marxista do Estado, afirma que “é a criação da “ordem” que legaliza e consolida essa opressão [de uma classe por outra]” (2017, p.29). Para os políticos pequenos burgueses, no entanto, a ordem é a conciliação de classes, por isso “moderar o conflito significa conciliar, não tirar das classes oprimidas determinados meios e processos de luta por meio da derrubada de opressores” (Idem, p. 30).

Foram as transformações no modo de vida, da organização do trabalho e da sociedade que ocorreram devido ao surgimento do capitalismo que culminaram no reconhecimento da criança como um sujeito social diferente dos adultos. Se é verdade que “a família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos” (Ariès, 1981, p. 278), também é evidente que este processo de formação do modelo de família burguesa e de especialização na educação das crianças foi distinto para cada classe que estava em formação. Assim, a educação, com o surgimento das classes

[...] se divide entre aquela destinada aos não proprietários e aquela destinada aos proprietários. Os primeiros continuam a se educar no próprio processo de trabalho, fora da escola. Os segundos terão uma educação diferenciada, desenvolvida nas escolas, fora do trabalho, embora igualmente determinada pelo trabalho, já que é este que garantia a sua existência permitindo o desfrute do ócio, de tempo livre (SAVIANI, 2005 p.248).

O modo de produção que veio com a acumulação primitiva impôs um tipo específico de disciplina, controle e ritmo de trabalho. Com o processo de separação do produtor com o meio de produção, existia uma grande preocupação com o ócio e a desordem, por isso a criança passou a ter lugar na sociedade como fruto de uma

necessidade de prepará-la para o mundo do trabalho assalariado explorado. Como afirma Enguita, a criança foi transformada na “guloseima mais cobiçada pelos industriais”, seja “diretamente, como mão de obra barata, ou indiretamente, como futura mão de obra necessitada de disciplina” (ENGUIA, 1989, p.109).

Durante esse processo de desenvolvimento das forças produtivas e da escolarização, a consolidação da infância ocorreu de forma desigual entre as classes. Enquanto a infância burguesa é fruto da criação cuidadosa das famílias no âmbito privado para que suas heranças fossem preservadas, a infância proletária se consolida como uma questão pública a partir da intervenção do Estado. Como afirma Varela e Alvarez-Uria,

A infância ‘rica’ vai ser certamente governada, mas sua submissão à autoridade pedagógica e aos regulamentos constitui um passo para assumir ‘melhor’, mais tarde, funções de governo. A infância pobre, pelo contrário, não receberá tantas atenções, sendo os hospitais, os hospícios e outros espaços de correção os primeiros centros-pilotos destinados a modelá-la. E, assim como a constituição da infância de qualidade aparece estreitamente vinculada à família, praticamente desde seus começos – filhos de família -, a da infância necessitada foi em seus princípios o resultado de um programa de intervenção direta do governo; no primeiro caso, produz-se uma delegação de poder na família, que por sua vez atua ajudando em sua constituição, enquanto que, no segundo, o poder político arrega-se todo direito, insertando a infância pobre no terreno do público. O sentimento de infância – e conseqüentemente o sentimento de família não existirá entre as classes populares até bem entrado o século XIX, sendo a escola obrigatória um de seus elementos constitutivos e propagadores (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, P. 75-76).

Sendo assim, é possível concluir que a infância não é uma categoria biológica e estática, e sim histórica e mutável. O conceito de infância é fruto das condições materiais que se transformaram e provocaram mudanças ideológicas e concretas no modo de vida.

II. Infância e família

Na obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels analisa cientificamente o desenvolvimento da unidade do núcleo familiar que leva à família burguesa. Segundo o autor, antes do surgimento da propriedade privada, as sociedades não eram organizadas com base em unidades familiares, e não havia divisão estrita entre uma família e outra; os cuidados com as crianças e a produção eram organizados coletivamente pelos grupos. A unidade familiar foi criada apenas com o surgimento da propriedade privada, para passar as posses para a próxima geração. Mais tarde, com o desenvolvimento do capitalismo, há a formação da família “burguesa”. Como o proletariado não tinha propriedade para deixar de herança, não tinha sentido existir a unidade familiar separada do resto da comunidade.

As condições econômicas, não naturais, que tinham o objetivo de garantir a dominação do homem sobre a mulher dentro da família e a geração de herdeiros que só podiam ser de um pai, está diretamente relacionada com a fundação da família monogâmica. Engels afirma que

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico; e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2019, p.68).

Essa colocação diz respeito à coincidência da formação familiar monogâmica com as práticas de escravidão e o acúmulo de riquezas privadas. Ou seja, quando a propriedade privada aparece, o homem passa a ser, também, proprietário da mulher e assim surge a família monogâmica burguesa. Como mostra Engels, “a família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais” (ENGELS, 2019, p.75). Assim surge, então, a privatização da vida. O que antes era organizado socialmente no terreno público passou a organizar-se de outra forma, com o coletivo mediado por relações privadas através dos núcleos familiares. Para além, Engels desenvolve que

A derrubada do direito materno representou a *derrota do sexo feminino no plano da história mundial*. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação (ENGELS, 2019, p.60)

As crianças que nascem a partir desse período, então, deparam-se com esse contexto social. São fruto de uma mera reprodução, não de um desejo pela vida. Sendo assim, muitas vezes não existem condições adequadas de alimentação, higiene e moradia para criá-las. Elas são parte de um sistema de exploração de trabalhadores no âmbito social e de opressão das mulheres dentro e fora de casa. Essas crianças já nascem ocupando um espaço nessa estrutura social, ou seja, em famílias herdeiras ou de explorados.

Como mostra Lev Vygotsky (1982), o sujeito é ativo, ele age sobre o meio. Para ele, não há a "essência humana". Somos primeiro sociais e depois nos individualizamos. Teresa Cristina Rego (2002, p. 98), ao analisar a teoria de Vygotsky, afirmou que

Em síntese, nessa abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem.

A identidade, então, é constituída de signos, significados, linguagem, cultura e classe, e todos esses aspectos são construídos social e historicamente. Por isso, em cada identidade está contida a história da humanidade. Para além do fato da família existir como instituição para manter uma estrutura social de classes, é possível afirmar, também, que a família vai contra o próprio desenvolvimento natural do ser humano, ao privatizar a vida daqueles que, como afirmou Vygotsky, se constituem coletivamente. Ao naturalizar que a instituição da família seja responsável pelas crianças, naturaliza-se a reprodução dessa estrutura que cerceia a vida e retira a criança de maiores interações sociais, que são fundamentais para o desenvolvimento humano.

Desde o Manifesto Comunista, Marx e Engels debatem como capitalismo e a ideologia da família burguesa interfere na vida das crianças e das famílias trabalhadoras

Vós nos censurais por querermos abolir a exploração das crianças pelos seus próprios pais? Confessamos esse crime. Dizeis também que destruimos as relações mais íntimas ao substituímos a educação doméstica pela educação social. E vossa educação não é também determinada pela sociedade? Pelas

condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de nossas escolas etc.? Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante. O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, torna-se cada vez mais repugnante à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares dos proletários e transforma suas crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho” (MARX e ENGELS, 2017, p.37)

Por outra perspectiva, Marx e Engels mostram o que afirmou Vygotsky: a formação do ser humano se constitui a partir de uma relação dialética do homem com o meio sociocultural. Nos formamos socialmente. Ou seja, a criança reconstrói internamente uma atividade externa, resultado de interações que ocorrem ao longo do tempo. Essa relação de interação do indivíduo com a sociedade ocorre de uma forma ou de outra. Os comunistas, no entanto, como afirmam Marx e Engels, buscam libertar essas interações da ação burguesa forçada de privar e podar as crianças.

Existem ambientes na sociedade atual nos quais ocorrem as interações sociais entre as crianças para além do meio familiar, como os bairros periféricos onde é possível brincar na rua, os condomínios ou, até mesmo, a escola. Esses ambientes, no entanto, tirando raras exceções, são totalmente determinados pela classe social. Ou seja, a interação social que a criança tem na sociedade capitalista, quando ultrapassa as barreiras da família, é moldada pelo contexto de classe. A questão é que mesmo com esse evidente recorte classista, que deixa nítido como a burguesia extrapola o espaço doméstico e se expande no social, o terreno público permite mais interações e trocas entre diferentes realidades e formas de viver, mesmo que sejam raras. É por isso que tal ideia de tirar totalmente a educação do meio familiar e colocar no âmbito inteiramente social é terrível para a burguesia. Ao tirar a criança do seio familiar, suas referências serão muito mais amplas. Sua compreensão e reconstrução interna a partir das referências externas ultrapassariam as barreiras das interações sociais de classe ou de uma só família.

III. Educação no Capitalismo

“fábrica e escola nascem juntas”
Manacorda, 1996, p. 249

Foram as transformações no modo capitalista de produção, a exploração de crianças nas fábricas, degeneração precoce que as crianças estavam submetidas com a exploração do trabalho capitalista que constituem a base material e empírica para o reconhecimento da infância. Se a criança passou a ter roupas, livros, jogos ou mobiliários próprios e o direito à educação, isso aconteceu de forma intencional, como modo de criar uma “preparação” para a vida adulta e letrada, mas também como mecanismo de controle. De acordo com Postman, “ao separarmos as pessoas umas das outras, criamos classes de pessoas, das quais as crianças são um exemplo histórico” (POSTMAN, 1999, p. 51). A proteção legal e preocupação do Estado com a educação e a proteção das crianças ultrapassam as barreiras subjetivas. São atreladas a questões objetivas, da organização da produção na sociedade capitalista.

A despeito de muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou, então, um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de *escolarização* (ARIÈS, 1981, p.11).

Durante esse processo de particularização da criança, a escola assumiu um papel central. Como afirma Postman, “ao escrever livros escolares seriados e organizar classes escolares de acordo com a idade cronológica, os professores inventaram, por assim dizer, os estágios da infância” (POSTMAN, 1999, p.60). A educação é determinada socialmente, e ela produz e reproduz certas habilidades necessárias para o processo de trabalho na sociedade, contribuindo também para a reprodução de seus valores ideológicos. Com isso, é possível afirmar que no capitalismo a escolarização tem uma característica inegável: a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Como afirmou Marx,

Enquanto o processo de trabalho permanece puramente individual, o mesmo trabalhador reúne em si todas as funções que mais tarde se apartam umas das outras. Em seu ato individual de apropriação de objetos da natureza para suas finalidades vitais, ele controla a si mesmo. Mais tarde, ele é que será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual e o trabalho

manual. Mais tarde, eles se separam até formar um antagonismo hostil. (MARX, 2017, p.577)

A sociedade de classes faz com que o trabalho esteja cada vez mais carente de conteúdo e sentido, e a escola é um agente fundamental para que esse antagonismo se desenvolva. O trabalhador não tem consciência do processo de produção, tornando a prática cada vez mais mecânica, distante do trabalho intelectual. A exploração do trabalho humano faz com que ele se realize contrário à sua própria natureza, e o poder de atuar conscientemente sob o que produz, de criar, nunca esteve tão distante do trabalhador. Essa é uma cisão que se mantém até os dias atuais. Como pontua Acacia Kuenzer,

Pelo contrário, o trabalho da maioria está cada vez mais desqualificado, intensificado e precarizado, como resultado do novo regime de acumulação. Conclui-se que, do ponto de vista da gestão empresarial, a recomposição da unidade do trabalho não passa de ampliação de tarefas do trabalhador, sem que isto signifique uma nova qualidade na formação, de modo a possibilitar o domínio intelectual da técnica [...] Acirra-se, ao contrário do que diz o novo discurso do capital, a cisão entre o trabalho intelectual, que compete a um número cada vez menor de trabalhadores, com formação flexível resultante de prolongada e contínua formação de boa qualidade, e o trabalho instrumental, cada vez mais esvaziado de conteúdo (KUENZER, 2005, p. 90).

Para a burguesia, não interessa que o trabalhador tenha consciência do processo de trabalho ou de criação. Basta que saibam operar máquinas da forma mais produtiva e lucrativa possível. Como disseram Marx e Engels (2017, p. 27-8), “o operário torna-se apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender”. Esse é um trabalho considerado desqualificado, que, comparado ao trabalho qualificado, tem uma diferença gritante. Essa diferença muitas vezes pode ser explicada pela oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, ou seja, pelo contexto da divisão social do trabalho. Como mostra Ricardo Antunes, no entanto, o significado da qualificação

[...] muito frequentemente assume a forma de uma manifestação mais ideológica do que de uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a confiabilidade que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital (ANTUNES, 1999, p. 52).

A qualificação, então, vai além de um simples desenvolvimento do trabalho intelectual. Ela envolve uma entrega subjetiva, pois, para qualificar o trabalho no capitalismo, é preciso colocá-lo a serviço do lucro da burguesia. O papel da educação,

portanto, é, além de propiciar o domínio da técnica, também aprofundar a cooptação ideológica do capital. Como disse István Mészáros,

As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se reproduzem automaticamente. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares interiorizam as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos “contribuem para manter uma concepção de mundo” e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponda àquela concepção de mundo (MÉSZÁROS, 2006, p. 263/4).

A entrega subjetiva daqueles que colocam não apenas o trabalho manual a serviço do lucro, vendendo sua força de trabalho como meio para sobreviver, mas também seu cérebro, é a chamada qualificação do trabalho. Kuenzer nos mostra como o desenvolvimento do trabalho intelectual na sociedade de classes se dá a serviço da otimização do trabalho manual, ao afirmar que “o trabalho simplificado é fruto da complexificação do saber científico-tecnológico”. Isso não quer dizer, no entanto, que trabalho simplificado é sinônimo de melhores condições de trabalho. Segundo Marx,

Enquanto o trabalho em máquinas agride ao extremo o sistema nervoso, ele reprime o jogo multilateral dos músculos e consome todas as suas energias físicas e espirituais. Mesmo a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. (MARX, 2017, p. 494-5).

Ou seja, na educação capitalista o trabalho intelectual está em função de favorecer a exploração do trabalho. Mesmo aumentando a produtividade, desenvolvendo máquinas com capacidades extremas quando comparadas à capacidade humana, o trabalho não é suavizado, pelo contrário. Como nos mostram Marx e Engels no Manifesto Comunista, “[...] na mesma medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho” (MARX e ENGELS, 2017, p.28). O padrão sempre exigirá mais rendimento, mais trabalho, maiores jornadas e menores salários. Todo desenvolvimento científico e tecnológico, enquanto estiver sob domínio da burguesia, estará a serviço disso.

A escolarização, portanto, é imersa nesse processo e responsável por reproduzir, em escala ampliada, as múltiplas habilidades necessárias à atividade produtiva, e produzir e reproduzir a estrutura de valores no interior do qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos (MÉSZÁROS, 2006). Esse processo, no entanto, não se dá de forma homogênea. Se desde o surgimento da infância a educação aparece de forma desigual entre as classes sociais, atualmente também é assim. Em Cadernos do Cárcere, Gramsci dizia que a escola é

o “instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2001, p. 19).

Não são todos que têm oportunidade de desenvolver o trabalho intelectual, dar seguimento aos estudos e acessar o ensino superior. Isso se dá com base das necessidades do capital, é uma pequena parcela da sociedade que consegue. Após a pandemia, pesquisas¹ mostram que as universidades ficaram mais elitistas pois os vestibulares tiveram menor taxa de inscrição desde 2005, deixando de fora alunos que não se sentiram preparados para prestar a prova.

Segundo estudo² apresentado pelo Instituto Semesp, na 11ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior e somente 17,4% das pessoas de 25 anos ou mais concluíram um curso. Sendo assim, uma minoria dos jovens no país tem acesso ao ensino especializado. Enquanto isso, segundo o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE)³, o Brasil tem recorde de 39,129 milhões como trabalhadores informais. Fora das universidades, imersos no trabalho precário. É assim que se encontram os jovens atualmente.

Esse contexto ocorre como consequência da crise estrutural capitalista que vivemos. Ricardo Antunes em seu livro *O privilégio da servidão* (2018, p. 76) analisa os impactos da crise na situação laboral, e advoga que vivemos uma “era de precarização estrutural do trabalho”, composta pelos seguintes elementos:

¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/universidade-ficou-mais-elitista-em-uma-decada-com-reducoes-no-enem-fies-prouni-25139645>. Acesso em: 8 outubro 2022.

² Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apenas-18-1-dos-jovens-de-18-a-24-anos-estao-matriculados-no-ensino-superior/>. Acesso em: 7 outubro 2022.

³ Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/economia/brasil-tem-recorde-de-39129-milhoes-no-trabalho-informal/401929#:~:text=Pa%C3%ADs%20tem%20recorde%20de%2039%2C129%20milh%C3%B5es%20como%20trabalhadores%20informais%2C%20segundo%20IBGE,-Recorde%20registrado%20pelo&text=O%20Pa%C3%ADs%20registrou%20uma%20taxa,trimestre%20at%C3%A9%20maio%20de%202022>. Acesso em: 8 outubro 2022.

- a) A erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e “voluntário”;
- b) A criação das “falsas” cooperativas, visando dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, solapando os seus direitos e aumentando os níveis de exploração da sua força de trabalho;
- c) O “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa;
- d) A degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global.

É para esse mercado de trabalho, sem nenhum direito, que a educação tem que preparar os jovens, enquanto apenas uma minoria tem oportunidade de chegar ao ensino superior.

Em suma, a escola atual tem o dever estrutural de reproduzir múltiplas habilidades necessárias para os trabalhos informais, injetando e consolidando os valores ideológicos burgueses necessários para isso. Essa é a força de trabalho que o capital em crise precisa, portanto, essa é a base intelectual que a sociedade majoritariamente tem acesso hoje.

A análise leviana que ignora o caráter histórico da constituição do conceito de infância consequentemente influencia uma visão romantizada da educação, pois ambos os conceitos são indissociáveis. Como afirma Postman (1999), de meados do século XIX até meados do século XX todos buscavam construir um mundo infantil separado dos adultos e “pôr todas as crianças fora das fábricas e dentro das escolas”. Sendo assim, é naturalizado o fato de que a criança foi construída como um ser sujeito de direitos, que em grande medida se efetiva com o direito de ir à escola. A escola, no entanto, ao contrário de servir para o desenvolvimento da criança, só busca formar e moldar para o trabalho e para a exploração.

IV. A infância pobre como responsabilidade do Estado

Dizem que a infância é o tempo mais feliz de uma existência. Mas é sempre assim? Não. Pouquíssimos são os felizes na infância. Na verdade, a idealização da infância tem seu registro na antiga literatura dos privilegiados. Uma infância assegurada de tudo, sem tempestades, de famílias hereditariamente ricas e instruídas, feita só de carícias e brincadeiras, que fica na memória como uma planície ensolarada na aurora dos caminhos da vida. Os grandes senhores na literatura ou os plebeus que cantaram a vida desses senhores magnificaram essa ideia de uma infância penetrada de espírito aristocrático. A imensa maioria das pessoas, entretanto, se apenas lançar um olhar ao passado, percebe uma infância sombria, malnutrida e servil. (Trotsky)⁴

A infância das diferentes classes sociais nunca foi igual. Existe uma série de distinções que foram sendo aprofundadas conforme se desenvolviam as forças produtivas, a família e a escola. Enquanto a vida privatizada se tornou uma realidade entre a burguesia, o Estado passou a intervir na criação da criança pobre, sendo um agente de disciplinamento e moralização para domesticar o proletariado e solidificar os valores e modo de vida burgueses. No seio familiar também é possível notar uma diferença no olhar sob a criança. Como nos mostra Walter Benjamin, “A burguesia encara sua prole enquanto herdeira; os deserdados, porém, a encaram enquanto apoio, vingadores ou libertadores. Esta é uma diferença suficientemente drástica” (BENJAMIN, 2002, p.122).

Como meio de disciplinar para o trabalho no presente e no futuro, a criança pobre se torna responsabilidade do Estado. Os filhos do proletariado, então, passaram a ser responsabilidade do terreno público. Isso, no entanto, se deu apenas para a educação, enquanto o Estado isenta-se de responsabilidades sob outras necessidades básicas como alimentação, higiene e moradia.

É no século XX que a criança passa a ser considerada *sujeito de direitos* (VOLTOLINI, 2009), o chamado “século da criança”. Neste período, o enfoque acerca da criança se expressa de diversas formas, dentre elas o fato de que o ano de 1979 foi extremamente importante para a pesquisa sobre a infância brasileira. Segundo Kramer (1996, p. 15), foi “[...] a definição pela UNESCO de que 1979 seria o Ano Internacional da Criança que forneceu o pretexto para o mergulho no trabalho teórico

⁴ TROTSKY, Leon. **Minha vida**. 1 ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

com o objetivo de compreender a visão de infância presente no senso comum e na pedagogia”.

Dados divulgados⁵ pelo Unicef (Fundo internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – em inglês, United Nations International Children’s Emergency Fund) mostram que no Brasil, em 1927 foi criada a Lei de Assistência e Proteção aos menores, conhecida como Código de Menores, consolidada pelo decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro do mesmo ano. Foi neste ano que a maioria penal aos 18 anos passa a vigorar no país e perdura até os dias atuais. No âmbito mundial, em 1946 a Assembleia Geral das Nações Unidas criou o Unicef para atender, na Europa e China, demanda das crianças depois da guerra. Em 1950, o Unicef assinou seu primeiro programa de cooperação com o Brasil. Nas décadas seguintes, ações, convenções, debates e iniciativas foram impulsionadas internacionalmente. Todas essas movimentações, no entanto, aconteciam no Brasil no âmbito assistencial, não legal.

Os direitos das crianças foram construídos muito recentemente. Só passaram a ter respaldo legal na sociedade quando a Convenção sobre os direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989, entrando em vigor em 2 de setembro de 1990⁶. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8069/1990) foi criado junto com a promulgação da Constituição de 1988, para regulamentar o artigo 227, no qual consta que

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Analisando o caráter recente dos marcos legais referentes à infância, cabe-se questionar se eles são suficientes para garantir a integridade das crianças. Mesmo com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, o Ano Internacional da Criança (1979) e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), esses direitos não foram firmados. Há um abismo quando se olha para a realidade. Para Soares (2005, p. 01), o paradigma que busca entender a criança como sujeito

⁵ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 13 nov. 2022.

⁶ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 8 out. 2022.

de direitos “[...] apesar de estar muitas vezes presente nos discursos que desenvolvemos acerca da infância, nas mais variadas áreas do saber, continua, também insistentemente, a apresentar-se como um discurso decorativo e quimérico”. A infância no capitalismo é inevitavelmente marcada por todas as contradições sociais de classe, e essa é a relação da criança perante a sociedade atualmente.

Miguel⁷, menino de 5 anos que morreu ao cair do 9º andar de um prédio por descaso da patroa em Recife em 2020, é um exemplo disso. Maria Eduarda⁸, adolescente baleada dentro da escola no Rio de Janeiro em 2017, também. O Estado sequer garante a segurança das crianças. Henry Borel, de oito anos espancado pelo padrasto; Kaio Guilherme Baraúna, atingido por uma bala perdida; Ketlen, de seis anos de idade que teve seu corpo encontrado com marcas de tortura e de violência de seus pais e Maria Clara, assassinada com apenas 4 anos pela mãe, são mais alguns dos muitos exemplos citados por Carolina Catini (2021) ao discorrer sobre um texto de Maria Rita Kehl (2021) sobre o infanticídio. E, questionando essa prática bárbara ainda em curso, ela segue a reflexão:

É o caso de chamar atenção aqui para a série de mortes violentas de crianças durante a pandemia. Por que há tantas crianças como vítimas da violência doméstica e policial nos últimos tempos é o que a psicanalista pergunta em seu texto. Mais do que isso, ela indaga “o que essas pequenas vítimas representam – isto é, representavam – a ponto de se tornarem intoleráveis?” Ela mesma responde que tais crianças representavam “a ternura, a candência, a inocência”. Foram mortas por suas mães, pais, padrastos vivos numa sociedade “perplexa e ferida”, que recebe e propaga mais e mais violência. Essa violência se contrasta com a grandeza das crianças que, diferente dos adultos, sabem perdoar, e com isso elas conseguem perturbar “nossos esforços para nos adaptar sem muita dor ao novo estado deteriorado em que vivemos”. O infanticídio, assim, representa o desejo de eliminar aquilo que escancara sem rodeios a nossa própria deterioração. (CATINI, 2021, p. 144).

A violência generalizada e o descaso com a vida são dolorosos, e as crianças são a resistência para não normalizar essa realidade. Por isso, tornam-se, também, alvos.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-por-abandono-de-incapaz.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/adolescente-morre-baleado-dentro-de-escola-na-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2022.

De acordo com dados⁹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, mesmo proibido, o trabalho infantil no Brasil atinge mais de 2 milhões de meninos e meninas entre 5 e 17 anos. Somente em 2019, das mais de 159 mil denúncias de violações a direitos humanos recebidas pelo Disque 100, cerca de 86 mil tinham como vítimas crianças e adolescentes.

Desde 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março declarou a COVID-19 como uma pandemia¹⁰, diversos Estados no Brasil começaram a tomar iniciativas de suspender as atividades presenciais como medida preventiva. O Distrito Federal começou o movimento suspendendo as aulas nas redes pública e privada por cinco dias, e logo depois foram também suspensas atividades nos comércios e de atendimento público. Junto a esse movimento, outros Estados como São Paulo e Rio de Janeiro também decretaram quarentena e suspensão de atividades¹¹.

Uma pesquisa¹² publicada através do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o Brasil está entre os países que tiveram o maior período de suspensão de aulas presenciais, de acordo com o monitoramento global da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Na educação básica, 42,6% das escolas promoveram aulas pela internet, sendo 35,5% na rede pública e 69,8% na rede privada. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgou uma pesquisa¹³ com base em análise de dados da Pnad Contínua de 2018, feita pelo IBGE, que mostra que em 2020 seis milhões de estudantes não tiveram acesso à internet em casa, e essa realidade foi mais grave no

⁹ Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/legislacao/pais-tem-24-milhoes-de-vitimas-de-5-a-17-anos/#:~:text=Mesmo%20proibido%20no%20Brasil%2C%20o,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20> (IBGE). Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em 12 nov. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-12/covid-19-suspende-aulas-de-993-das-escolas-de-educacao-basica>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2020-09/seis-milhoes-de-estudantes-nao-tem-acesso-internet-em-casa>. Acesso em: 12 nov. 2022.

meio rural do que no urbano. Agora, em 2022, dois milhões de crianças de 11 a 19 anos não vão à escola no Brasil segundo a UNICEF¹⁴.

O resultado¹⁵ trimestral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada em maio de 2022 pelo IBGE, aponta que a taxa de desemprego no Brasil foi de 11,1% no primeiro trimestre. A taxa de informalidade foi de 40,1% da população ocupada. Um levantamento¹⁶ recente da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) indica que no total 33,1 milhões de cidadãos estão em situação de fome. Sem dúvidas, isso recai em crianças que dependem das famílias para se alimentar, ainda mais na pandemia, que ficaram sem acesso à merenda escolar pois 99,3% das escolas de educação básica suspenderam as atividades e 90,1% não retornaram no ano letivo de 2020, conforme mostrou pesquisa publicada através do IBGE¹⁷.

Essa é a realidade concreta na qual a maioria das crianças na sociedade atual está inserida, que mostra que, apesar de colocar na Constituição a responsabilidade do Estado sobre a criança, ele é incapaz de suprir as necessidades básicas necessárias para isso. O direito da criança foi se construindo lentamente e, sem se consolidar, já está sendo construído seu desmonte. Esse fato demonstra que o direito burguês que a classe dominante faz acreditarmos que é uma segurança para a população não passa de uma falácia. Como alertam Marx e Engels no Manifesto Comunista, “vosso direito não passa da vontade de vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vossa existência como classe” (Marx e Engels, 2017, p.36). Ou seja, a prática dos direitos que constam nas leis (quando constam) é decidida por quem detém os meios de produção.

¹⁴ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/taxa-de-desemprego-fica-estavel-no-primeiro-trimestre-aponta-ibge#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no,quando%20atingiu%2014%2C9%25>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/nota-33-milhoes-de-pessoas-com-fome-a-indignacao-nos-chama-para-a-acao/66547/>. Acesso em: 15 set. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-12/covid-19-suspende-aulas-de-993-das-escolas-de-educacao-basica>. Acesso em: 8 outubro 2022.

V. Conclusão

“Do ponto de vista de seus vizinhos no povoado de Cardona, o *Toto* Zaugg, que andava com a mesma roupa no verão e no inverno, era um homem admirável:

-O *Toto* nunca tem frio – diziam

Ele não dizia nada. Frio ele tinha, o que não tinha era agasalho.”
(Eduardo Galeano)¹⁸

O capitalismo é o sistema no qual 828 milhões de pessoas passam fome¹⁹ ao redor do globo, enquanto cerca de 2,5 bilhões de toneladas de grãos são produzidas²⁰, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, da sigla em inglês), o que seria mais que suficiente para alimentar todos os seres humanos. É o sistema no qual as pessoas morrem de frio por não ter moradia ou roupas adequadas, como aconteceu²¹ com dois moradores de rua em São Paulo no inverno de 2022. A exploração de classes faz com que 10% dos mais ricos do mundo ganhem 52% da renda mundial, enquanto os 50% mais pobres recebem apenas 8,5%, como mostra o relatório lançado em 2021 pela World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais)²².

Apesar de conservar sua essência, o antagonismo entre capital e trabalho, o capitalismo passou por diversas formas desde o seu surgimento. O avanço da tecnologia e as mudanças nos modos de produção modificaram as relações sociais e de trabalho, gerando uma reorganização nas formas de exploração. A década de 1970 foi marcada por crises de superprodução que desenvolveu reestruturações produtivas do capital que se tornaram fatores fundamentais para caracterizar o neoliberalismo. O economista Giovanni Arrighi enfatizou que houve uma corrida ao corte de custos com

¹⁸ GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. 9 ed. L&PM, 1999.

¹⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/fome-afeta-ate-828-milhoes-de-pessoas-no-mundo-alerta-onu/>. Acesso em: 30 out. 2022.

²⁰ Disponível em: <https://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2018/08/14/producao-e-consumo-global-de-alimentos/#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,cidad%C3%A3os%20passando%20fome%2C%20mundo%20afora>. Acesso em: 30 out. 2022.

²¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-05/sao-paulo-duas-pessoas-morreram-nas-ruas-apos-recorde-de-frio>. Acesso em: 30 out. 2022.

²² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#:~:text=Os%2010%25%20mais%20ricos%20do%20mundo%20ganham%2052%25%20da%20renda,possuem%2076%25%20da%20fortuna%20global>. Acesso em: 30 out. 2022

“substituição de fontes de mão de obra remunerada mais cara por outras mais baratas no interior de todos os estados do núcleo orgânico” da economia internacional, com destaque para “a feminização da força de trabalho remunerado”, com ampla utilização de mão de obra imigrante, “frequentemente ilegal”. De acordo com Hobsbawm, “Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população feminina dos EUA. Em 1980, eram mais da metade”. (HOBBSAWM, 2001, p. 304).

A década de 1990 foi o auge desse processo. A partir da restauração do capitalismo pós-guerra, houve um histórico rebaixamento da forma de trabalho em nível internacional, o que foi diretamente ligado com o triunfo ideológico do capital. David Harvey (1994) definiu a forma de espoliação desse período como “acumulação flexível”. Segundo Ricardo Antunes,

O padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da produção de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre as diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES, 2002, p.6)

Ou seja, com o avanço da tecnologia e a industrialização, a exploração fica ainda mais intensa. Esse momento do auge do neoliberalismo conseguiu impor uma série de novas condições para os trabalhadores. A terceirização foi uma das marcas agudas desse processo, permeado também por formas “modernas” de intensificação do trabalho, rotatividade, ampliação da mais-valia absoluta com “bancos de horas”, flexibilização de direitos, rotatividade do trabalho (com demissões e recontrações impedindo a organização coletiva), intensificação do trabalho.

Após a crise de 2008, o capital entrou em um impasse: a falência do modelo de acumulação neoliberal sem a perspectiva de uma nova resolução de acumulação

internacional, que perdura até os tempos atuais. Sobre este momento, Carcanholo, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, afirmou que

Em resumo, poderíamos dizer que ela [a crise] surge como consequência da aguda manifestação da lei tendencial da queda da taxa geral de lucro, manifestação essa observada em especial nos principais países capitalistas do mundo a partir dos últimos anos da década de 1960, tendo perdurado durante todo os anos 70, e até 1982 mais ou menos. (CARCANHOLO, 2009).

Foi nesse contexto de crise e precarização que foram rebaixados o valor, as condições e os direitos do trabalho. A aprovação da reforma da previdência²³ e o índice²⁴ de quase 40 milhões de pessoas no trabalho informal no Brasil em 2022 são indícios disso. A normalização de um trabalho sem registro em carteira, sem salário mensal fixo, sem décimo terceiro, férias proporcionais e recolhimento previdenciário é uma consequência da crise. O fato²⁵ da terceirização representar 22% da mão de obra formal, também. Ricardo Antunes (2008) elaborou o conceito que chamou de “escravidão do século XXI” – um mundo do trabalho baseado na precarização e no esgarçamento das relações de trabalho como as conhecíamos até então. Essa é a realidade das relações trabalhistas no atual capitalismo em crise.

Com base no fato abordado anteriormente de que a escolarização é responsável por produzir e reproduzir as habilidades necessárias para a produção e alisando as modificações trabalhistas em curso devido à crise capitalista, é possível concluir que a educação atual também passa por profundas transformações. Carolina Catini (2020) mostra que, com os direitos sociais privatizados e submetidos às leis de concorrência de capitais, o Estado assume um papel de garantir a educação como um ativo financeiro. E continua:

A meta da direita é o futuro, mas um futuro bastante seletivo, onde não cabem todos. A normalidade, no entanto, dentre outras naturalizações de violências, produziu os direitos sociais privatizados. Como eles se submetem às leis da concorrência entre capitais, nada os segura em associar-se ao governo democrático ou autoritário, quando o Estado permanece sendo sua garantia ou meio para fazer da educação um ativo financeiro. Nem de investir ou deixar de investir quando assim lhes aprouver, o que faz do direito social algo tão intermitente quanto o trabalho. Na prática, em nome da massificação que, não obstante, se identificou como democratização da educação pela

²³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/02/reforma-da-previdencia-e-aprovada-em-primeiro-turno>. Acesso em: 12 nov. 2022.

²⁴ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

²⁵ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/terceiriza-a-o-de-servia-os-a-tenda-ncia-na-retomada-da-economia/524013>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ampliação de vagas gratuitas ou “low cost” nas redes estatais e privadas, a forma social da educação já estava se moldando pelos princípios demandados pelo capital em crise, com seu darwinismo social, que envolve a formação para novos hábitos, “empreendedores” e “inovadores”, fomentando uma forma de engajamento individual que confunde subjetividade e empresa, subjetividade e capital. Os mecanismos de gestão dos conflitos sociais pela implementação da concorrência entre nós tendem a ser aprimorados com a recessão econômica que se aprofunda. (CATINI, 2020).

Essas transformações na forma social da educação, demandadas pelo capitalismo em crise, são muito bem representadas por modificações curriculares como a Reforma do Ensino Médio, que deve chegar a todas as escolas do país até 2024, como prevê a Lei nº 13.415/2017, sancionada²⁶ pelo então presidente Michel Temer, que promete um modelo de aprendizagem não por disciplinas como é atualmente, mas por áreas de conhecimento: Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A lei²⁷ prevê que os alunos deverão ter no mínimo 1800 horas/aula desses componentes, os quais deverão ser compostos por disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E mais 1200 horas/aula flexíveis, com conteúdos da formação técnica profissional. Essa flexibilização significa que atividades realizadas fora da escola podem ter equivalência para o cumprimento curricular do Ensino Médio. Assim, assume-se que a educação a distância, cursos “livres” ou técnicos de instituições privadas ou experiências de trabalho poderão substituir a escola, fazendo com que, na prática, esse estudante possa ficar ainda menos tempo na escola e que atividades escolares possam ser privatizadas. A promessa dessa expansão na carga horária do Ensino Médio é uma demagogia que esconde sua real intenção: comprimir ainda mais as possibilidades formativas e esvaziar essa etapa da escolarização de conteúdo.

Além de mudanças profundas no campo educacional como a Reforma do Ensino Médio, também é possível ver uma forte evasão escolar decorrente da crise. Segundo levantamento²⁸ feito pelo Todos pela Educação com base em dados do IBGE, houve

²⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>. Acesso em: 13 nov. 2022.

²⁷ Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em: 13 nov. 2022.

²⁸ Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-levantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento->

um crescimento de 171,1% na evasão escolar em relação a 2019. A nota também mostrou que houve um aumento de alunos com atraso escolar: cerca de 396,8 mil crianças de 4 e 5 anos frequentavam a pré-escola em 2019. Em 2021, são 702,7 mil: um crescimento de 77%. Ao mesmo tempo, em dois anos, de 2019 a 2021, houve uma queda de 2,1% de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio regular.

É nesse cenário que a infância pobre se encontra atualmente, permeada de profundas transformações nos âmbitos econômico e social. O conceito de infância surgiu junto com o capitalismo e todas as transformações de classe, raciais, familiares e da sociedade decorrentes disso. Atualmente, o capitalismo está em crise, sua forma se modifica e, com ela, a educação, as relações de trabalho e familiares também. Junto com as radicais transformações no modo de produção, da educação, das organizações familiares, também estamos passando por uma mudança do conceito histórico de infância.

Marx e Engels (2017, p.22) defenderam no Manifesto Comunista que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. Caracterizaram simplificada e a época que vivemos hoje, a da burguesia, como uma época em que há um antagonismo de classe, na qual “a sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado”. Ao entender que as mudanças na história são geradas pela luta das classes antagônicas, é possível afirmar que esse confronto é o que impulsiona as profundas transformações que o sistema em crise está passando no momento atual. A sociedade está em disputa entre a burguesia e a classe trabalhadora, que têm interesses inconciliáveis. Sendo assim, o conceito de infância, que nasce e se modifica organicamente ao capitalismo, também está.

VI. REFERÊNCIAS

ADOLESCENTE morre baleada dentro de escola no Rio; motoristas são atacados durante protesto. **G1 Rio**. 30 março 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/adolescente-morre-baleado-dentro-de-escola-na-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ANDRADE, L.B.P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ALFANO, Bruno. Universidade ficou mais elitista em uma década com reduções no Enem, Fies e Prouni. **O Globo**, 04 agosto 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/universidade-ficou-mais-elitista-em-uma-decada-com-reducoes-no-enem-fies-prouni-25139645>. Acesso em: 8 outubro 2022.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. Cortez Editora, 2008.

_____. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Disponível em: <https://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Antunes,%20Ricardo/Toyotismo%20-%20Ricardo%20Antunes.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ARIÈS, P. (1981). **História social da criança e da família**, 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. RJ. Editora Vozes, 1998.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo, Editora Duas Cidades e Editora 34, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 8 out. 2022.

_____. Lei 13.415. Diário oficial da União, 17.2.2017, seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL, Cristina I. Taxa de desemprego fica estável no primeiro trimestre, aponta IBGE. **Agência Brasil**. 13 maio 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/taxa-de-desemprego-fica-estavel-no-primeiro-trimestre-aponta>

[ibge#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no,quando%20atingiu%2014%20C9%25](#). Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL tem recorde de 39,307 milhões de informais no trimestre até agosto. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BREITMAN, George. Quando surgiu o preconceito contra o negro. In: PABLITO, Marcelo; ALFONSO, Daniel; PARKS, Letícia (Orgs.). **A revolução e o negro**. 2 ed. São Paulo: Editora Iskra, 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **A atual crise do capitalismo**. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

CATINI, Carolina R. O trabalho de educar numa sociedade sem futuro. **Blog da Boitempo**, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/05/o-trabalho-de-educar-numa-sociedade-sem-futuro/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. O brutalismo vai à escola. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; SILVA, Adriana (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil II em tempos de pandemia e necropolítica. Pedagogias descolonizadoras reinventando novas formas de vida**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

CASO Miguel: a queda de menino do 9º andar que levou à condenação da patroa da mãe dele por abandono de incapaz. **G1**. 01 jun. 2022. ¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-abandono-de-incapaz.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CONVENÇÃO sobre os direitos das crianças. **Unicef.org**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 8 out. 2022.

CORONAVÍRUS: veja a cronologia da doença no Brasil. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DALL'AGNOL, Amélio. A produção atual de grãos é suficiente para alimentar todo o planeta. **Blogs Canal Rural**, 2018. Disponível em: <https://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2018/08/14/producao-e-consumo-global-de-alimentos/#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,cidad%C3%A3os%20passando%20fome%2C%20mundo%20afora>. Acesso em: 30 out. 2022.

DOIS milhões de crianças de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. **Unicef.Org**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e>

[adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil](#). Acesso em: 12 nov. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Nélio Schneider. 1. ed. Boitempo, 2019.

ENQUITA, MARIANO F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

FERNANDES, Daniela. 4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. **BBC**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#:~:text=Os%2010%25%20mais%20ricos%20do%20mundo%20ganham%2052%25%20da%20renda,possuem%2076%25%20da%20fortuna%20global>. Acesso em: 30 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. 9 ed. L&PM, 1999.

GANDRA, Alana. Covid-19 suspende aulas de 99,3% das escolas de educação básica. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-12/covid-19-suspende-aulas-de-993-das-escolas-de-educacao-basica>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HISTÓRIA dos direitos das crianças. **Unicef**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 13 nov. 2022.

HISTÓRICO da pandemia de Covid-19. **Paho.Org**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em: 12 nov. 2022.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**. Companhia da Letras, 2001.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2º Grau: o trabalho como princípio educativo**. – 2ªed. – São Paulo: Cortez, 1992.

_____. “Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho”. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e educação**. – 3ªed. – Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

LIN, Nelson. Duas pessoas morreram nas ruas de São Paulo após recorde de frio. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-05/sao-paulo-duas-pessoas-morreram-nas-ruas-apos-recorde-de-frio>. Acesso em: 30 out. 2022.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUZ, Solimar. Seis milhões de estudantes não têm acesso à internet em casa. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2020-09/seis-milhoes-de-estudantes-nao-tem-acesso-internet-em-casa>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MAIA, Rodrigo. Apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior. **CNN**, 2021. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apenas-18-1-dos-jovens-de-18-a-24-anos-estao-matriculados-no-ensino-superior/>. Acesso em: 7 outubro 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital** [1867]. 2 ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K., ENGELS, F. Manifesto Comunista. In: MARX, K., ENGELS, F., LÊNIN, V. **Manifesto Comunista/Teses de abril**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAÍS tem 2,4 milhões de vítimas de 5 a 17 anos. **Correio do Estado**, 2022. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/economia/brasil-tem-recorde-de-39129-milhoes-no-trabalho-informal/401929#:~:text=Pa%C3%ADs%20tem%20recorde%20de%2039%2C129%20milh%C3%B5es%20como%20trabalhadores%20informais%2C%20segundo%20BGE,-Recorde%20registrado%20pelo&text=O%20Pa%C3%ADs%20registrou%20uma%20taxa,trimestre%20at%C3%A9%20maio%20de%202022>. (IBGE). Acesso em: 10 jul. 2022.

PNAD: levantamento do todos mostra primeiros impactos da pandemia nas taxas de atendimento escolar. **Todos pela educação**, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-levantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento-escolar/#:~:text=Destaques%3A,ao%20mesmo%20per%C3%ADodo%20de%202019>. Acesso em: 13 nov. 2022.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1999.

REFORMA da previdência é aprovada em primeiro turno. **Senado. Leg**, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/02/reforma-da-previdencia-e-aprovada-em-primeiro-turno>. Acesso em: 12 nov. 2022.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

ROCHA, Lucas. Fome afeta até 828 milhões de pessoas no mundo, alerta ONU. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/fome-afeta-ate-828-milhoes-de-pessoas-no-mundo-alerta-onu/>. Acesso em: 30 out. 2022.

SANCIONADA Lei da Reforma do Ensino Médio. **Senado Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>. Acesso em 13 nov. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). *A Escola Pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação).

SOARES, Natália Fernandes. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. *Zero-a-Seis*. v. 07, n. 12. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/2100/1780>. Acesso em: nov. 2022.

TERCEIRIZAÇÃO de serviços é tendência na retomada da economia. **Tribuna do norte**, 2021. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/terceirizaa-a-o-de-servia-os-a-tenda-ncia-na-retomada-da-economia/524013>. Acesso em: 13 nov. 2022.

TRINTA e três milhões de pessoas com fome – a indignação nos chama para a ação. **Abrasco**, 2022. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/nota-33-milhoes-de-pessoas-com-fome-a-indignacao-nos-chama-para-a-acao/66547/>. Acesso em: 15 set. 2022.

TROTSKY, Leon. **Minha vida**. 1 ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

_____. **Literatura e revolução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2007.

VARELA, J. e ALVAREZ-URIA, F. A maquinaria escolar. In **Teoria e educação** 6, Porto Alegre, 1992.